

Artigo

A MAÇONARIA NO BRASIL: DA CLANDESTINIDADE DAS PRIMEIRAS LOJAS À INDEPENDÊNCIA

Por Adílio Jorge Marques e Samuel Vieira da Silva

Resumo: O presente texto tem como objetivo principal traçar os primeiros passos da cronologia maçônica no Brasil. No início do século XIX no Brasil a maçonaria foi um centro de atividade política, difusora dos ideais iluministas e anticolonialistas. A maçonaria teve papel relevante no processo de independência de Portugal, bem como se manteve atuante politicamente durante o período monárquico. Esse trabalho entrelaçando autores e historiadores acadêmicos e maçônicos traz um resumo dos principais fatos envolvendo o surgimento das primeiras Lojas Maçônicas no território nacional até sua afirmação no cenário nacional como uma das principais instituições formadoras do Estado brasileiro.

Palavras-chave: História do Brasil. Maçonaria. Grande Oriente do Brasil.

Introdução

A Maçonaria¹, forma reduzida de francomaçonomia é uma sociedade de caráter universal, reservada e discreta. Suas ações são de interesses exclusivamente de seus membros. Sua estrutura organizacional fez com que ao longo da história a instituição estivesse presente em diversos acontecimentos importantes no mundo e, especialmente no Brasil.

A gênese maçônica brasileira guarda certa similaridade com as origens da Ordem, pois possui

também seus mitos e relatos fantasiosos. Os ecos do movimento iluminista e das ideias de emancipação ecoaram em nosso território no final do século XVIII após a Revolução Francesa. A Maçonaria marcou seu nome na história do Brasil como uma das instituições mais influentes de apoio à independência.

¹ Sociedade discreta que tem como finalidade a prática da fraternidade e da filantropia entre seus membros. Associação de seres humanos, devidamente organizada, visando a

realidade da Vida, na Terra e no Universo, em direção ao mundo espiritual, denominado Universo de dentro (CAMINO, 2004, p. 260).



O Esquadro e Compasso Maçônico
(encontrada com ou sem a letra G)

O surgimento das primeiras Lojas Maçônicas ainda no Brasil colônia inaugurou aquilo que seria posteriormente um local reservado a discussões políticas. O crescimento gradual da maçonaria no país, principalmente nos centros urbanos do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, instigados por intelectuais locais e jovens estudantes brasileiros vindos da França e Portugal (muitos iniciados na maçonaria europeia), propagavam os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, transformando as Lojas em verdadeiros locais de movimentos libertários, congregando homens de diferentes raças, credos e ideias políticas.

A maçonaria no Brasil

Inicialmente, apontou-se que a Maçonaria brasileira teve como marco inicial o *Areópago de Itambé*² fundado em 1796 em Pernambuco conforme informa Castellani (2009). No entanto, essa tese não mais encontra adeptos após a

descoberta de que as pessoas que faziam parte dessa instituição não eram em sua totalidade maçons. O Areópago era um local de reuniões de pessoas de diversos segmentos sociais que contribuíram com a eclosão do movimento revolucionário de 1817 em Pernambuco (COSTA, 1993, p. 25).

Outro marco envolto em polêmicas refere-se à Loja intitulada “Cavaleiros da Luz” tida como a primeira instituição Maçônica do Brasil, na Bahia, em 1797. Costa (1993) comprovou que o funcionamento dessa Loja maçônica não era regular segundo as leis e tradições maçônicas, pois seu funcionamento era no interior da fragata “La Preneuse” ancorada na localidade da Barra em Salvador/BA. Segundo Costa (1993), os documentos comprobatórios encontram-se no artigo intitulado “Primórdios das Sociedades Secretas na Bahia” publicado no volume XV dos Anais do Arquivo Público da Bahia. Nesse documento consta o caráter emergencial de seu funcionamento abordo da embarcação (COSTA, 1993, p. 24).

O historiador Barata (1999, p. 59) afirma que

“até o final do século XVIII, não existia no Brasil a Maçonaria, entendendo-se como uma organização institucionalizada e com funcionamento regular nos mesmos moldes das outras organizações maçônicas internacionais”.

Oficialmente, a cronologia Maçônica brasileira remete ao manifesto de José Bonifácio (COLUSSI, 2000b, p. 110). No manifesto, José Bonifácio menciona as primeiras lojas maçônicas no país fundadas em 1801 e 1802 no Rio de Janeiro e

das províncias de Pernambuco e Paraíba (COSTA, 1993, p. 26).

² Um Areópago é uma típica sociedade secreta com fins políticos e revolucionários. Totalmente irregular dentro dos tradicionais princípios maçônicos, instalada em 1796 na raia

Bahia, respectivamente, ambas filiadas à Grande Loja da França (COSTA, 1993, p. 31-38).

Castellani (2009) infere que a primeira Loja maçônica funcionando regularmente no Brasil data de 1800. Trata-se da Loja *União*, fundada em Niterói e filiada ao Grande Oriente da Ilha da França. Segundo o autor, a Loja União, tendo crescido ligeiramente, transformou-se na Loja *Reunião*, em 1801, continuando sua filiação ao Grande Oriente da França (CASTELLANI, 2009, p. 27). No entanto, essa afirmação de Castellani (2009) diverge de autores como Costa (1993) e Morel e Souza (2008) que afirmam que a primeira Loja Maçônica regular no Brasil é a *Reunião* fundada em Niterói na província do Rio de Janeiro em 1801 (COSTA, 1993, p. 32; MOREL; SOUZA, 2008, p. 68).

Colussi (2000b, 2012) se posiciona no mesmo sentido de Castellani (2009) quando mostra numa ilustração que no ano de 1800 foi instalada em Niterói a Loja União; no ano de 1801 no Rio de Janeiro a Loja Reunião; em 1802 instalou-se em Salvador na Bahia a Loja Maçônica “Virtude e Razão”. Em 1804, o Grande Oriente Lusitano funda na cidade do Rio de Janeiro duas lojas maçônicas: “Constância” e “Filantropia”, que em 1806 foram fechadas por ordem do Conde dos Arcos, vice-rei do Brasil. Havia também no Rio de Janeiro as Lojas Maçônicas “Beneficência” e “São João de Bragança”, ambas fechadas por D. João VI (COLUSSI, 2012, p. 18).

Costa (1993), Castellani (2009) e Colussi (2012) ratificam que em 1815, na cidade do Rio de Janeiro sobreveio a fundação da Loja Maçônica “Comércio e Artes” filiada ao Grande Oriente Lusitano. Nessa época, além da proibição de partidos políticos e sociedades secretas, havia,

como frisado anteriormente, intensa repressão a movimentos liberais na colônia. Essa postura vigilante tornou-se impiedosa ao punir diversos maçons com a morte (MOREL; SOUZA, 2008, p. 75).

A Revolução Pernambucana, em 1817, foi drasticamente reprimida a ponto de ser expedido, em 1818, um Alvará por D. João VI proibindo o funcionamento de sociedades secretas na colônia (MOREL; SOUZA, 2008, p. 72). A violação a essa ordem seria considerada crime e os integrantes que participassem seriam punidos com a pena de morte. Obviamente que esse decreto visava diretamente a Maçonaria. No entanto, os maçons da época, mesmo correndo risco de morte continuaram se reunindo noutros locais, disfarçados de clubes recreativos. Os maçons brasileiros dessa época eram considerados subversivos, criminosos, que deveriam ser perseguidos e mortos por atentarem contra a Coroa (COLUSSI, 2012, p. 18).

A Loja Maçônica Comércio e Artes foi reaberta ainda em 24 de junho de 1821, tendo por obediência o Grande Oriente de Portugal (COSTA, 1996, p. 76). No início do ano de 1822 a Loja Maçônica Comércio e Artes tinha números suficientes para desdobramento em mais duas outras Lojas e assim formar uma obediência Maçônica brasileira. Os frutos da Loja Comércio e Artes foram as Lojas: “União e Tranquilidade” e “Esperança”, de Niterói. Então, surgiria em 17 de junho de 1822 o *Grande Oriente do Brasil* sob a direção de José Bonifácio de Andrada e Silva,

eleito *Grão-Mestre*³ do Grande Oriente do Brasil. Uma vez fundado o Grande Oriente do Brasil, nosso país então estava preparado para dar o passo seguinte, à independência de Portugal, conforme planejado pelos maçons brasileiros (COLUSSI, 2012, p. 21).

O quadro a seguir (quadro 1), elaborado com base nas obras literárias de José Castellani *A História do Grande Oriente do Brasil* e Eliane Lucia Colussi *A Maçonaria brasileira no século*

XIX, traz um resumo da cronologia dos principais fatos relacionados a Maçonaria brasileira desde suas origens até a fundação do Grande Oriente do Brasil. Colussi (2012) traz uma ilustração das principais lojas maçônicas oficialmente instaladas no Brasil, desde a loja União em 1800 a instalação das lojas Restauração, Patriotismo e Guatimosim em Pernambuco no ano de 1816 (COLUSSI, 2012, p. 18).

Quadro 1: cronologia maçônica brasileira (1796-1822)

RESUMO DA CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS FATOS RELACIONADOS A MAÇONARIA BRASILEIRA	
DATA	FATO
1796	Fundação em Pernambuco do "Areópago de Itambé"
1797	Instalação da <i>loja</i> "Cavaleiros da Luz" na Bahia
1800	Criação, em Niterói, da <i>loja</i> "União"
1801	Inauguração da <i>loja</i> "Reunião", sucessora direta da "União"
1802	Estabelecimento da <i>loja</i> "Virtude e Razão" na Bahia
1804	Fundação das <i>lojas</i> "Constância" e "Filantropia", Rio de Janeiro
1806	<i>Lojas "Constância" e "Filantropia" fechadas por ordem do Conde de Arcos</i>
1807	Instalação da <i>loja</i> "Virtude e Razão Restaurada", sucessora da "Virtude e Razão"
1809	Criação, em Pernambuco, da <i>loja</i> "Regeneração"
1812	Inauguração da <i>loja</i> "Distintiva", em São Gonçalo da Praia Grande (Niterói)
1813	Estabelecimento, na Bahia, da <i>loja</i> "União"
1814	Loja Patriotismo em Recife
1815	Fundação, no Rio de Janeiro, da <i>loja</i> "Comércio e Artes"
1816	Loja São João de Bragança no Rio de Janeiro
1816	Loja: Pernambuco do Oriente, Restauração e Guatimosim, todas em Recife.
1818	Expedição de Alvará proibindo o funcionamento das sociedades secretas.
1821	Reinstalação da <i>loja</i> "Comércio e Artes"
1822	17 de junho: fundação do <i>Grande Oriente do Brasil</i>
<p>Fontes: CASTELLANI, José. Os primórdios da Maçonaria no Brasil. In: ____; CARVALHO, William Almeida de. <i>História do Grande Oriente do Brasil: a Maçonaria na história do Brasil</i>. São Paulo: Madras, 2009, cap. 2, p. 31. COLUSSI, Eliane Lucia. <i>A Maçonaria Brasileira no Século XIX</i>. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 18.</p>	

³ Grão-Mestre é o cargo mais alto da Maçonaria (CAMINO, 2004, p. 186).



Dom Pedro I - Grão Mestre do Grande Oriente Brasil

Com o retorno de D. João VI a Portugal, houve enorme pressão dos portugueses para o restabelecimento das relações coloniais já que o Brasil havia deixado de ser a sede do reino. Colussi (2012) afirma que D. Pedro, ao aproximar-se dos defensores dos interesses brasileiros, muitos deles maçons, deixou de cumprir os decretos portugueses que exigiam sua saída da colônia e a extinção dos tribunais superiores no Rio de Janeiro.

“A reação brasileira às medidas recolonizadoras desembocou no dia do famoso Fico, em 09 de janeiro de 1822. Nesse momento, ficava também evidenciada a existência de duas facções entre os brasileiros: uma liderada por José Bonifácio, que defendia a independência conseguida sem grandes traumas; a segunda liderada por Gonçalves Ledo (representante das ideias maçônicas), defendia a independência conquistada por meio de mudança sociais mais radicais” (Colussi, 2012, p. 21).

José Bonifácio foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil intencionalmente por conta de suas ligações com o príncipe regente. O curioso é que ele sequer esteve presente na reunião em que foi eleito para exercer o cargo. “(...) A instituição alcançou o seu objetivo, pois, pelas mãos de José Bonifácio, também D. Pedro foi iniciado na Maçonaria, em 2 de agosto de 1822(...)” (COLUSSI, 2012, p. 22).

O príncipe regente, na sessão seguinte, três dias depois de sua iniciação, dia 05 de agosto, passou para o grau de mestre, e na sessão do dia 04 de outubro do mesmo ano foi aclamado Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil (MOREL; SOUZA, 2008, p. 101). Assustado com os rumos das discussões entre os maçons, D. Pedro, determinou o encerramento das atividades maçônicas no dia 25 de outubro de 1822, alguns dias após assumir o ofício de Grão-Mestre, assinando ao final da ordem *Pedro Guatimosim*⁴, pseudônimo herdado na Maçonaria. (GOMES, 1975, p. 91; COLUSSI, 2012, p. 22). O imperador chegou a tentar sem êxito transferir a sede do Grande Oriente do Brasil para palácio da Quinta da Boa Vista. No entanto, as principais lideranças maçônicas estavam presas ou exiladas. Curiosamente, em 15 de julho de 1824, D. Pedro escreve uma carta para seu pai, D. João VI, informando seu ingresso na Maçonaria (MOREL; SOUZA, 2008, p. 102).

Morel e Souza (2008) falam da importância desse espaço de debate e união política em prol

⁴ Apelido maçônico do monarca em homenagem ao último chefe indígena Asteca.

da independência. A Maçonaria brasileira inegavelmente teve papel decisivo no “Movimento de 1822”. Existindo divergências ou não entre os maçons, a independência, enfim, aconteceu. Morel e Souza (2008) trazem a luz esse marco histórico:

“(...) A proclamação da Independência não ocorreu no dia 7 de setembro de 1822 nas margens do então riacho Ipiranga, em São Paulo trata-se de uma memória histórica produzida posteriormente e, de tanto repetida, tornou-se “verdadeira” na consciência da maioria dos brasileiros. Mas é interessante verificar que não há, na época, nenhum registro sobre a proclamação da Independência na referida data: jornais, documentos oficiais, leis e correspondência privada não falam disso. A proclamação oficial da Independência ocorreu no dia 12 de outubro de 1822 no Rio de Janeiro, quando da aclamação do príncipe português Pedro de Alcântara como d. Pedro I, defensor perpétuo e imperador do Brasil. A partir daí é que se começou a contar oficialmente a autonomia nacional, que se difundiu e propagou por outras províncias, com aclamações semelhantes em cada localidade” (MOREL; SOUZA, 2008, p. 98).

De fato, como se vê, o dia 7 de setembro como data da independência é um marco meramente simbólico. A independência só se deu de fato no fim de 1824 com o encerramento dos conflitos entre portugueses e brasileiros em território nacional. Segundo Morel e Souza (2008) o Sete de setembro começou a ser comemorado discretamente em 1825 e passou a ganhar destaque com o tempo como se tivesse ocorrido através de um ato voluntarioso de apenas um personagem (MOREL; SOUZA, 2008, p. 99).

Colussi (2000b, 2012) revela algo sabido e comentado no seio da Maçonaria ao falar da independência do Brasil, corrigindo assim uma

injustiça centenária. É muito comum encontrar nos livros de história do Brasil o título de patriarca da independência atribuído a José Bonifácio, no entanto, o verdadeiro mentor, Gonçalves Ledo, caiu no esquecimento (COLUSSI, 2000b, p. 106-108). Os maçons consideram José Bonifácio traidor da causa emancipacionista, e Gonçalves Ledo o mentor dos acontecimentos, a figura maiúscula do movimento. Morel e Souza (2008) relatam que Bonifácio quando atuava como Ministro do Império perseguiu os maçons próximos a Gonçalves Ledo acusando-os de subversivos e de complô contra a ordem pública. No entanto, há autores como Fausto (1995) e Costa (2010, 2015) que explicam as origens das imagens positivas e negativas atribuídas a José Bonifácio que, ora é retratado como conservador e absolutista, ora como liberal conservador. Emília Viotti da Costa autora das obras: *Da Monarquia a República: momentos decisivos*⁵ e *Brasil: história, textos e contextos*⁶ dedica, em ambas, capítulos inteiros a José Bonifácio enaltecendo sua participação na independência do Brasil chamando-o de mito.

A autora revela que as desinteligências entre Gonçalves Ledo e José Bonifácio contribuíram para questionamentos a respeito da figura de Bonifácio na participação dos acontecimentos ligados a independência do Brasil. Boris Fausto (1995) em seu livro *História do Brasil*⁷ fala da dificuldade de rotular o pensamento de José Bonifácio que defendia ideias progressistas no campo social, como a extinção do tráfico de escravos e a escravidão, a reforma agrária e a liberdade de imigração. Segundo o autor

⁵ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 2010.

⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Brasil: história, textos e contextos*. São Paulo: Unesp, 2015.

⁷ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

Bonifácio chamava os adversários de esfarrapadas bandeiras sujas e caótica democracia, pois considerava adequada para o Brasil da época uma monarquia constitucional. Os conservadores defendiam, em princípio, a maior autonomia do Brasil com relação a Portugal, só em segundo momento a ideia de independência. Desejavam uma monarquia constitucional com representação limitada, com garantia de ordem e estabilidade social. A corrente radical dos extremados que buscavam a independência através da república, do voto popular (FAUSTO, 1995, p. 133). Infere-se, portanto, que desse contexto tenha surgido a imagem negativa de José Bonifácio.

Durante o primeiro reinado, a Maçonaria nacional se viu na clandestinidade. Além da ordem, do agora imperador do Brasil, proibindo as atividades maçônicas, outro episódio enfraqueceu o Grande Oriente do Brasil: as disputas e divergências políticas entre José Bonifácio e Gonçalves Ledo (MOREL; SOUZA, 2008, p. 126).

A clandestinidade durou de 1822 a 1831. Com o fim do primeiro reinado após a abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, os maçons começaram a se reagrupar para o retorno das atividades (COLUSSI, 2000b, p.110). Conforme destacado por Morel e Souza (2008) entre os anos de 1830 e 1860 assistiu-se no Brasil a uma proliferação da Maçonaria. No entanto, essa dinâmica expansionista seguia acompanhada de divisões e conflitos. Outro dado marcante é que nessa época surgiram os primeiros textos impressos provenientes de autoridades maçônicas fazendo com que a atuação da

Maçonaria se tornasse pública e atuante socialmente.

Colussi (2000b) aborda esse momento histórico ao citar que em 23 de novembro de 1831 os remanescentes do primeiro e reconhecido Grande Oriente Brasileiro, de 1822, tendo à frente José Bonifácio, constituíram o Grande Oriente do Brasil, em 23 de novembro de 1831 (COLUSSI, 2000b, p. 113). Em 1831, José Bonifácio redigiu o célebre manifesto dirigido a todos os brasileiros e as Maçonarias no exterior dando conta da retomada das atividades com toda força e vigor, além de trazer um relato histórico da Maçonaria brasileira até aquela data. Ocorre que, pouco antes da reinstalação do Grande Oriente do Brasil outro havia surgido chamado Grande Oriente Nacional Brasileiro ou popularmente conhecido por Grande Oriente do Passeio, em referência à rua onde funcionava, este sob a liderança de Gonçalves Ledo, que, segundo Colussi (2000b), já vinha se organizando desde 1829. Segundo Castellani (2009) consta no manifesto de 1831 de José Bonifácio, o convite ao Grande Oriente do Passeio para ambos se unirem numa só organização, o que não foi aceito.

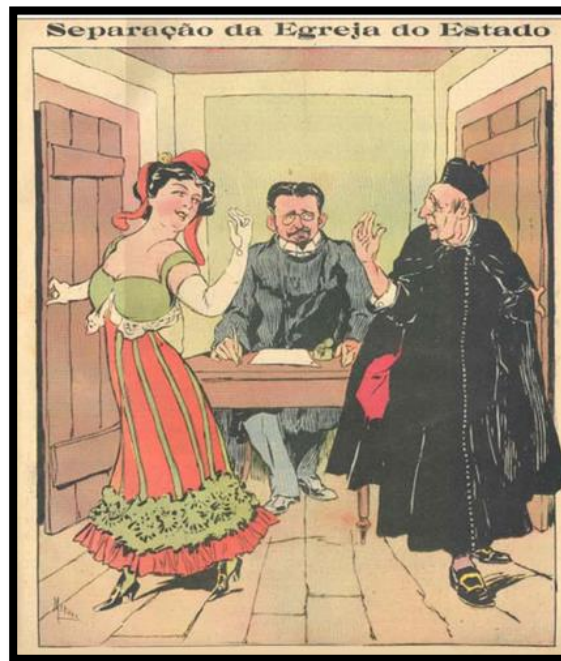
Colussi (2000b) afirma que para maioria dos historiadores maçônicos o objetivo de José Bonifácio em reerguer o Grande Oriente do Brasil era pessoal, pois Bonifácio tinha pretensões políticas almejando o retorno de D. Pedro I ao trono (COLUSSI, 2000b, p. 115). O Grande Oriente do Passeio não durou muito tempo. Enfraquecido acabou desaparecendo em meados de 1840. Segundo Colussi (2000b) o poder maçônico da Rua do Passeio se uniu em 1842 ao Supremo Conselho do Conde de Lajes, passando a denominar-se Supremo Conselho do Rito

Escocês Antigo e Aceito do Império do Brasil. Daí em diante se enfraqueceu ressurgindo pouco tempo depois com o mesmo nome sob o *malhete*⁸ do senador Alves Branco (COLUSSI, 2000b, p. 117).

A partir de meados da década de 1840, o Grande Oriente do Brasil atuou soberanamente como

única e exclusiva força Maçônica no país até o ano de 1863 onde houve nova cisão (COLUSSI, 2000b, p. 117). Castellani (2009) explanou sobre a divisão do Grande Oriente do Brasil em duas potências: o Grande Oriente do Lavradio, que permaneceu sendo reconhecido e visto como legítimo e regular; e o Grande Oriente dos *Beneditinos*⁹ constituído de membros dissidentes do primeiro (COLUSSI, 2000b, p. 125). Essa divisão durou de 25 de novembro de 1863 a 18 de dezembro de 1882. Segundo a literatura Maçônica as razões dessa cisão estão relacionadas a disputas políticas internas e disputas de caráter pessoal entre os principais líderes (COLUSSI, 2000b, p. 125).

A literatura Maçônica costuma dar pouca importância a essa cisão. Na verdade, essa divisão e as demais posteriores como as ocorridas no século XX estão sempre envoltas a disputas políticas internas pelo poder e em alguns casos até mesmo disputas pessoais. A Maçonaria



Charge sobre a questão religiosa.

brasileira, entre disputas internas e rupturas, se consolidou após 1870. Conforme nos mostra Barata (1999), a disputa entre a Igreja Católica e a Maçonaria por influências na política e na educação do país, *A Questão Religiosa*, acabou unindo os maçons Brasil afora. A Maçonaria brasileira, entre as décadas de 1870-1910, se transformou numa das mais influentes organizações

não governamentais do país, atuando em várias áreas e atividades, dentre elas, a educação (BARATA, 1999, p. 68).

Considerações finais

A participação maçônica durante o século XIX no país se deu, em alguns casos de forma institucional e noutros através da participação individual de seus membros. A maçonaria surgida oficialmente na Inglaterra do século XVIII, se espalhou por todo o mundo, reunindo homens de diferentes classes, raças e credos, sob o pretexto de aprimoramento moral e intelectual, objetivando a construção de uma sociedade justa e igualitária, onde todos possam desfrutar da mais pura liberdade. Esses homens reunidos em suas Lojas, difundiram essa ideologia maçônica aos seus membros, através de sua organização e de sua ritualística. A instituição assim como

⁸ Diminutivo de malho; (...) é o símbolo da autoridade (CAMINO, 2004, p. 163).

⁹ Nome dado por causa do Mosteiro de São Bento localizado no Morro de São Bento, no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

maçons ilustres gravaram seu nome na historiografia nacional.

Esse texto, ainda que sucinto, tenha abordado apenas os primeiros passos da maçonaria no país, demonstra o quão atuante foi a instituição no estabelecimento do Estado brasileiro. Assim, a maçonaria pode ser entendida como uma célula desse imenso corpo chamado sociedade, no entanto, devemos expandir esse campo de visão para compreender de forma mais abrangente suas conexões e principalmente sua atuação em diversos segmentos sociais, projetando assim, novas pesquisas envolvendo essa fascinante temática.

Adílio Jorge Marques é Doutor em História e Epistemologia das Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na área de História da Ciência Luso-Brasileira. Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF) no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES), Santo Antônio de Pádua/RJ e **Samuel Vieira da Silva** é Mestre em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF) no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES), pós-graduado em direito constitucional e administrativo pelo IED, pós graduando em Maçonologia: história e filosofia pela UNINTER, Bacharel em Direito pela FASAP, Santo Antônio de Pádua/RJ.

Referências

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822)**. 2002. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2002.

- _____. **Luzes e Sombras: a Ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910)**. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- CAMINO, Rizzardo da. **Dicionário Maçônico**. São Paulo: Madras, 2004.
- CASTELLANI, J; CARVALHO, William Almeida de. **História do Grande Oriente do Brasil: a Maçonaria na história do Brasil**. São Paulo: Madras, 2009.
- COLUSSI, Eliane Lucia. **A Maçonaria Brasileira no Século XIX**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- _____. A Maçonaria brasileira e a defesa do ensino laico (século XIX). **Hist. Ensino**, Londrina, v. 6, p. 47-56, out. 2000a.
- _____. **A Maçonaria gaúcha no século XIX**. Passo Fundo: EDIUPF, 2000b.
- _____. **Plantando Ramas de Acácia: a Maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX**. 1998. 489 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. **Brasil: história, textos e contextos**. São Paulo: Unesp, 2015.
- _____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp, 2010.
- COSTA, Frederigo Guilherme. **"A TROLHA" na Universidade**. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 2001.
- _____. **A Maçonaria na Universidade 2**. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1996.
- _____. **Breves Ensaios sobre a História da Maçonaria Brasileira**. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1993.
- _____. **Maçonaria: um estudo da sua história**. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1991.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.
- GOMES, M. **A Maçonaria na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1975.
- MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.